

Convocação de Policarpo gera polêmica e decisão é adiada



Da [Carta Maior](#)

Apesar da divulgação de fortes indícios do envolvimento do editor da Veja em Brasília, Policarpo Júnior, com o esquema de Cachoeira, convocação do jornalista ainda não tem maioria na CPMI. “Será que jornalista é protegido de depor em qualquer lugar, mesmo com suspeita de crime?”, indagou Dr. Rosinha. A decisão foi adiada por falta de maioria pró-convocação. “O PMDB ainda não apoia”, afirmou a assessoria de um parlamentar.

Por Vinicius Mansur

Após a divulgação pela revista Carta Capital, no último final de semana, do estudo encomendado pelo deputado Dr. Rosinha (PT-PR) destrinchando as ligações do editor da revista Veja em Brasília, Policarpo Júnior, e a organização criminosa do bicheiro Carlos Cachoeira, era esperada para esta terça-feira (14) a votação da convocação do jornalista para depoimento na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga o esquema.

Entretanto, a decisão foi adiada por falta de maioria pró-convocação. “O PMDB ainda não apoia”, afirmou a assessoria de um parlamentar.

Para que um requerimento seja aprovado é necessária a maioria simples do plenário, o que significa o apoio de 17 dos 32 parlamentares com direito a voto em uma sessão completa da CPMI. PT, PCdoB, PSB e PTB já fecharam apoio à questão, entretanto somam 11 votos.

Apesar de não ser levada a votação, a convocação de Policarpo Júnior foi alvo de acalorado debate assim que o momento de deliberação da sessão da CPMI foi concluído. O líder do PT na Câmara, Jilmar Tatto (PT-SP), lembrou que o jornalista utilizou o esquema de Cachoeira para obter imagens internas do hotel Naoum, para tentar levantar ligações do deputado Jovair Arantes (PTB-GO) e para se infiltrar em reuniões, ultrapassando a relação jornalista-fonte. “Tenho fé que essa CPI vai convocá-lo e que ele possa explicar qual a relação que ele tem com o crime organizado. Tivemos coragem de convocar senadores, governadores,

inclusive, agora, deputados. Espero que nós não tenhamos medo de convocar um pseudo-jornalista”, disse, para em seguida defender também que outros jornalistas citados pela Polícia Federal também sejam convocados.

Dr. Rosinha destacou que a quantidade de elementos já levantados sobre Policarpo Júnior na investigação o colocam como testemunha fundamental para a CPMI, o que nada tem a ver com cercear a liberdade de imprensa. “Será que jornalista é protegido de depor em qualquer lugar, mesmo com suspeita de crime?”, indagou. O deputado ainda adiantou que novos fatos sobre o jornalista surgirão em breve e que espera aprovar sua convocação o mais rápido possível.

O senador Fernando Collor (PTB-AL) disse-se frustrado com a não votação do requerimento “do bandido Policarpo Júnior e seus asseclas” e pediu a convocação do presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República. Alexandre Camanho de Assis, ao revelar o que seria um fato novo: Assis seria braço direito do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, e teria intermediado um encontro entre os procuradores responsáveis pela Operação Monte Carlo e jornalistas da revista Veja. “Os inquéritos na íntegra das duas operações, Vegas e Monte Carlo, que corriam em segredo de justiça, foram entregues numa sexta-feira, 2 de março, por volta de meio dia (...). A reunião demorou cerca de duas horas em meia, realizada no antigo hotel Meliá, no restaurante”, detalhou o senador que informou já ter solicitado, com base na Lei de Acesso à Informação, a agenda do dia 2 de março de 2012 dos procuradores do Ministério Público de Goiás, Leia Batista de Oliveira e Daniel Resende Salgado. Collor ainda disse que revelará “fatos horripilantes” quando Policarpo estiver depondo na CPMI.

Para defender a revista Veja se levantaram os deputados Miro Teixeira (PDT-RJ) e Domingos Sávio (PSDB-MG). Teixeira disse não se preocupar quando o discurso de “coação à imprensa” vem do “esgoto da República”, mas sim quando ele vem do líder do PT. “Me alarmei com as palavras do deputado Jilmar Tatto (...). É assim que começam os estados policiais (...) Vejam o que está acontecendo com o jornal Clarín na Argentina”, dramatizou. Domingos Sávio disse que acompanhava a posição de Teixeira e que não defendia “revista A ou B, mas a liberdade de imprensa”.

Em resposta a Teixeira, o deputado Emiliano José (PT-SP), afirmou que sua visão catastrofista impede a verdadeira discussão – sobre a possibilidade de um jornalista ser considerado um cidadão a cima da lei – e ofusca fatos como o depoimento já dado por Policarpo Júnior a uma CPI – a da Loterj, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, em 2005, em defesa de Cachoeira – e as investigações levadas a cabo na Inglaterra contra veículos de comunicação do magnata Rupert Murdoch. “Vão dizer que o estado inglês é policial?”, questionou.